

## Igreja Católica e Movimento Negro: a Missa dos Quilombos do Recife (1981)

Catholic Church and Black Movement: the Quilombo Mass of Recife (1981)

André Eduardo Bezerra de Carvalho\*

Elio Chaves Flores\*\*

**Resumo:** O artigo procura contar a história da Missa dos Quilombos, na cidade do Recife, no dia 22 de novembro de 1981. Considera-se que a Igreja Progressista, cujos bispos e padres eram sensíveis à Teologia da Libertação, tentaram se aproximar dos anseios e lutas dos movimentos negros, organizados e ativos desde o início da década de 1970. A participação de um bispo negro, Dom José Maria Pires, a produção musical de Milton Nascimento e o protagonismo de setores do Movimento Negro do Recife conferem à celebração um teor de “interculturalidade”. A Missa dos Quilombos de 1981 teve caráter eucarístico, mas uma vez proibida pelo Vaticano, pela ação da direita católica pernambucana, não conseguiu se constituir como “missa negra”. Uma versão dessa perspectiva teria sido alcançada na apresentação dos Arcos da Lapa, em 1988, no Rio de Janeiro, organizada pelo MNU-RJ. No início do século XXI, a partir de 2002, consolidou-se como dramaturgia crítica às novas escravidões do mundo do trabalho. O artigo se fixa na “primeira Missa dos Quilombos” (1981) utilizando-se de fontes da imprensa, documentos da Missa (Homilia, músicas, disco e encarte de 1982), entrevistas de ativistas negros do Recife e depoimentos de Dom Pedro Casaldáliga, Pedro Tierra, Milton Nascimento e, especialmente, de Dom José Maria Pires, celebrante da Missa dos Quilombos. Dois documentários permitiram citar e analisar esses testemunhos: *A Missa dos Quilombos* (TV Senado, 2006) e *A História da Primeira Missa dos Quilombos* (UNICAP, 2009). Problematiza-se a questão de que a Missa dos Quilombos se tornou um cenário de disputa entre setores progressistas e conservadores da Igreja Católica e mesmo entre setores dos movimentos negros. Um fator pernambucano parece que foi decisivo para isso, a base

\* Graduado e Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco e pela Universidade Federal da Paraíba, respectivamente. Membro do Instituto de Estudos da África (IEAf/UFPE).

\*\* Professor da UFPB (DH, PPGH, PPGDH, NEABI). Autor de *Afro-Clio: direitos humanos, história da África e outras artesanias*. João Pessoa: Editora do CCTA/UFPB, 2019.

hegemônica da ideologia da mestiçagem, dita e repetida, à exaustão, por intelectuais recifenses.

**Palavras-chave:** Brasil Contemporâneo; Missa dos Quilombos; Movimento Negro do Recife.

**Abstract:** This article aims to tell the history of the Quilombo Mass, in the city of Recife, on November 22, 1981. The Progressive Church, whose bishops and priests were sensitive to Liberation Theology, tried to get closer to the desires and struggles of black movements, organized and active since the early 1970s. The participation of a black bishop, Dom José Maria Pires, the musical production of Milton Nascimento and the protagonism of sectors of Black Movement in Recife gave the celebration a content of “interculturality”. The Quilombo Mass of 1981 had a eucharistic character, but once forbidden by the Vatican, due to the action of the Catholic right-wing of Pernambuco, failed to constitute itself as a “black mass”. A version of this perspective would have been achieved in the presentation of Arcos da Lapa, in 1988, in Rio de Janeiro, organized by MNU-RJ. At the beginning of the 21st century, starting in 2002, it was consolidated as a critical dramaturgy to the new slavery in the labour world. This article looks at the “first Quilombo Mass” (1981) using press sources, documents from the Mass (Homily, songs, record and 1982 insert), interviews with black activists from Recife and testimonies from Dom Pedro Casaldáliga, Pedro Tierra, Milton Nascimento and, especially, Dom José Maria Pires, celebrant of the Quilombo Mass. Two documentaries made it possible to quote and analyze these testimonies: *A Missa dos Quilombos* (TV Senado, 2006) and *A História da Primeira Missa dos Quilombos* (UNICAP, 2009). The Quilombo Mass as a scene of dispute between progressive and conservative sectors of the Catholic Church and even between sectors of black movements is the raised question. An element from Pernambuco seems to have been decisive for this, the hegemonic basis of the ideology of miscegenation, said and repeated, to exhaustion, by intellectuals from Recife.

**Keywords:** Contemporary Brazil; Quilombo Mass; Black Movement of Recife.

Pretos, meus irmãos! Como nossos antepassados, viemos de vários lugares. Diferentes deles e menos puros do que eles, trazemos na pele colorações variadas. Na alma, crenças diferentes. Mas neles e em nós estão presentes e são indelévels as marcas de negritude. Somos negros e não nos envergonhamos, não queremos mais nos envergonhar de sê-lo.

Dom José Maria Pires. Homilia para a Missa dos Quilombos.  
22/11/1981.

No dia 22 de novembro de 1981, um evento incomum teve vasta repercussão na cidade do Recife-PE, mobilizando setores progressistas e conservadores do clero e da sociedade civil. Trata-se da Missa dos Quilombos, celebração dirigida especialmente aos descendentes de africanos no Brasil como parte das atividades do Dia Nacional da Consciência Negra daquele ano. A solenidade revelou uma aproximação de clérigos ligados à Teologia da Libertação com o recém-organizado Movimento Negro brasileiro, numa conjuntura em que a questão racial impôs aos teólogos uma revisão da prática católica à luz do passado da opressão escravista e das ações concretas de discriminação racial do presente que afligem a população negra.

Dos anos finais da década de 1970 em diante, o protesto negro organizado na capital pernambucana ganhou consistência e expandiu-se paulatinamente impondo sua voz no debate público a respeito de questões caras à gente negra do estado. Em novembro de 1979, na esteira dos novos movimentos sociais que surgiam país afora, e, especialmente, do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU-CDR), logo depois resumido em Movimento Negro Unificado (MNU), um grupo de intelectuais negros e negras estampou seus ideais na imprensa empresarial local visando tanto denunciar o racismo e a desigualdade sociorracial quanto cobrar medidas efetivas de cumprimento e ampliação de leis antirracistas. Além disso, um dos objetivos colimados foi certamente o de convocar a população negra do estado para juntos estabelecerem uma articulada participação social e política de resistência ao racismo.

Esse grupo inicial, composto pelos nomes de Inaldete Pinheiro de Andrade, Sylvio Ferreira, Jorge Moraes, Evaldo Ramos, Tereza de França, Irene de Souza, Djalma Pereira, Fátima Silva, Antônio Paulo, Pedro Soares, Wilmar Ribeiro, Lúcia Macedo, Agostinho Santos, Lúcia Crispiniano, entre outros, organizou-se no ano seguinte em torno do Centro de Cultura e Emancipação da Raça Negra (CECERNE), primeira instituição de retomada do ativismo negro de Pernambuco decorrente do processo de abertura política (1977-1984). Desse mesmo núcleo saíram ativistas que fundaram posteriormente o Movimento Negro do Recife (MNR), cujos membros optaram, tempos depois, por se incorporar ao Movimento Negro Unificado de Pernambuco (MNU/PE), tendo em vista um maior impacto político e organizacional. Houve ainda quem optasse pelo reerguimento do Centro Cultural Afro-

Brasileiro (CCAB), fundado no final da década de 1930 por José Vicente Lima como substituto da Frente Negra de Pernambuco extinta pelo golpe do Estado Novo de 1937, tocado adiante por Edvaldo Ramos no começo dos anos 1980. Cumpre salientar que paralelamente à expansão das entidades políticas e culturais negras do Grande Recife, registrou-se também a criação de cinco jornais alternativos – *Angola, Negritude, NegrAção, Omnira e Djumbay* – que compuseram a expressiva imprensa negra contemporânea da capital. Em síntese, pode-se dizer que o último quarto do século XX foi de intensa mobilização e luta antirracista no estado de Pernambuco e no Brasil como um todo.<sup>1</sup>

O MNU-PE, assim como os demais movimentos negros da década de 1980, não deixou de se defrontar com encruzilhadas, entre elas a que motivou intenso debate entre culturalistas e políticos, isto é, entre o ativismo das culturas afros e o engajamento nas grandes demandas políticas estaduais e do empoderamento negro. A pesquisadora Martha Rosa Queiroz assim expressa essas tensões:

Diante dessa encruzilhada, o MNU-PE experimentou um pouco de tudo. Manteve-se fiel à sua identidade enquanto movimento político e fez das reuniões e dos múltiplos debates o canal de aprofundamento e difusão de suas posições políticas. No entanto, essa marca de organização intelectualizada e distante do povão não impediu os vários gestos na direção de ações na área cultural: Festas –a exemplo da Noite do Cafuné; shows; excursões; formação de grupo de dança; participação em escolas de samba; fundação de afoxés e bloco afro e constituição de uma grife de moda afro fazem parte do rol de ações no campo das linguagens artísticas (QUEIROZ, 2001, p. 3).

No bojo dessa conjuntura de incremento do protesto negro organizado, também a Igreja Católica passava por transformações em sua estrutura. A sua relação com o debate racial então em voga certamente consolidou-se em virtude da busca da ala progressista do clero em estreitar os laços com os pobres e oprimidos, na esteira dos acontecimentos internos decorrentes do Concílio Vaticano II (1961-1965) convocado pelo papa João XXIII, responsável por grandes mudanças na prática católica nos anos subsequentes. Igualmente fundamentais para esse movimento de renovação da Igreja Católica no Brasil foram as realizações da II Conferência do Episcopado Latino-Americano na cidade de Medellín (Colômbia) em 1968 e da III Conferência do Episcopado Latino-Americano em Puebla (México) no ano de 1979.

---

<sup>1</sup> Para maiores detalhes acerca da movimentação negra nesse período na cidade do Recife consultar: Queiroz (2010), Carvalho (2020).

Em linhas gerais, esses dois acontecimentos renderam ensejo à aplicação dos ensinamentos do Concílio Vaticano II para a realidade latino-americana e implicaram no compromisso de setores progressistas da Igreja com os mais pobres, com os movimentos sociais e com a prática de denúncias contra a violação dos Direitos Humanos no contexto dos regimes militares daquele período. Fruto desse quadro, surgiu nos primeiros anos da década de 1970 a Teologia da Libertação, corrente teológica cristã que parte da premissa de que o Evangelho exige a preferência pelos mais pobres. Tem como fundamento, entre outras coisas, o comprometimento com a libertação dos povos oprimidos. O celebrante negro da Missa dos Quilombos, Dom José Maria Pires, arcebispo da Paraíba desde 1966, assim explicou “a nova imagem da Igreja” na qual estava inserido:

“Todavia, há uma preocupação comum que parece emergir a cada passo da caminhada: é a consciência de que a igreja tem que anunciar um novo êxodo, *uma saída do centro para as margens* e, por coerência ela própria tem que fazer esse movimento. Daí o relevo dado ao pobre, ao fraco, ao subdesenvolvido. Daí a insistência na dimensão humana do Evangelho (PIRES, 1978, p. 9, grifo do autor).

No Prefácio ao livro de Dom José Maria Pires, com o título “Quem é o agressor?”, o arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, convoca o cristão a “livrar-se de um Cristianismo desincarnado” e de “ensinamentos inodoros, incolores, pregados no vácuo” (CÂMARA, 1978, p. 7).

Na apresentação do LP A Missa dos Quilombos [Encarte], Dom Pedro Casaldáliga enfatiza o sentido ecumênico da Missa dos Quilombos, como proposta evangelizadora. De certa forma, ele narra os antecedentes simbólicos de uma história de longa duração:

Em nome de um deus supostamente branco e colonizador, que nações cristãs têm adorado como se fosse o Deus e Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo, milhões de Negros vem sendo submetidos, durante séculos, à escravidão, ao desespero e à morte. No Brasil, na América, na África mãe, no Mundo.

(...)

Mas um dia, uma noite, surgiram os Quilombos, e entre todos eles, o Sinai Negro de Palmares, e nasceu, de Palmares, o Moisés Negro, Zumbi. E a liberdade impossível e a identidade proibida floresceram, “em nome do Deus de todos os nomes”, “que fez toda carne, a preta e a branca, vermelhas no sangue”. Vindos “do fundo da terra”, “da carne do açoite”, “do exílio da vida”,

os Negros resolveram forçar "os novos Albores" e reconquistar Palmares e voltar a Aruanda.

Para escândalo de muitos fariseus e para alívio de muitos arrependidos, a Missa dos Quilombos confessa, diante de Deus e da História, esta máxima culpa cristã.

(...)

Na música do negro mineiro Milton e de seus cantores e tocadores, oferece ao único Senhor "o trabalho, as lutas, o martírio do Povo Negro de todos os tempos e de todos os lugares".

(...)

Pedro Tierra e eu, já emprestamos nossa palavra, iradamente fraterna, à Causa dos Povos Indígenas, com a "Missa da Terra sem males" [1979], emprestamos agora a mesma palavra à Causa do Povo Negro, com esta Missa dos Quilombos.

Está na hora de cantar o Quilombo que vem vindo: está na hora de celebrar a Missa dos Quilombos, em rebelde esperança, com todos "os Negros da África, os Afros da América, os Negros do Mundo, na Aliança com todos os Pobres da Terra" (CASALDÁLIGA, Apresentação LP Missa dos Quilombos, 1982).

A respeito desse cenário de transformação interna da Igreja Católica, Ivair dos Santos afirma que foi "surpreendente para alguns, na medida em que ela, tão ligada à manutenção do *status quo* e às classes altas, transformou-se em *locus* de ativistas preocupados com os pobres e as classes populares" (SANTOS, 2010, p. 45). Também George Reid Andrews enxerga com ares de surpresa esse deslocamento da Igreja, principalmente no tocante ao seu envolvimento com a questão racial, já que historicamente a teologia cristã mostrou-se devedora para com as populações negras. Nas palavras do autor:

Este foi um acontecimento inesperado, uma vez que desde os dias da escravidão a igreja foi um dos baluartes mais firmes da ordem social tradicional, e do privilégio racial em particular. Em seus quase 500 anos de história, e apesar do fato que atualmente contém mais bispos católicos do que qualquer outra nação do mundo, a igreja brasileira teve apenas dois bispos negros: Dom Silvério Pimenta (1849-1922), de Minas Gerais, e Dom José Maria Pires, atual arcebispo da cidade nordestina de João Pessoa. Até 1954, os estatutos da ordem franciscana no Brasil especificamente impediam os negros de entrar na ordem; e mesmo hoje, dos 12.700 padres católicos no

Brasil, apenas 200 estimados são negros (ANDREWS, 1991, p. 202-203, tradução nossa).

Ivair dos Santos (2010, p. 46) ainda destaca dois pontos que atuaram nesse processo de rearranjos internos da Igreja. O primeiro deles diz respeito à formação de jovens teólogos em Louvain, Frankfurt e em universidades europeias e estadunidenses que vieram a tornar-se pensadores da Teologia da Libertação. Já o outro está relacionado à rápida legitimação do desenrolar desses acontecimentos pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cuja atuação sancionou novas instituições por meio das quais os cristãos católicos contrários ao regime militar puderam se organizar.

A convergência desses fatores refletiu na conjuntura política e social do país que se encontrava imerso no aquecido processo pela abertura política, no qual a Igreja Católica teve uma importância fundamental na proteção de perseguidos políticos e nas ações contra o regime autoritário de forma mais abrangente. De acordo com Andrews:

[...] como parte de seu trabalho na oposição aos abusos dos direitos humanos, na organização de pessoas pobres em comunidades de base cristã e na pressão pelo retorno à democracia, a ala de “libertação” da igreja se viu mais próxima do movimento negro. Seu trabalho em comunidades pobres era quase invariavelmente entre populações fortemente não brancas; e jovens negros que ingressaram no sacerdócio durante a década de 1970 pressionaram fortemente por uma redefinição das garantias tradicionais da igreja sobre harmonia racial e democracia no Brasil (ANDREWS, 1991, p. 203). (tradução nossa).

Simultaneamente a essas reorganizações endógenas da Igreja Católica foi fundado o Movimento Negro Unificado, cujas pautas raciais exerceram significativa influência sobre a posição dos representantes brasileiros em Puebla (1979). Segundo Ivair dos Santos (2010, p. 48), a CNBB, de olho nessa articulação, reuniu-se com leigos, religiosos e padres com o intuito de se criar um grupo para tratar do tópico “questão racial e cristandade” de modo contínuo. Com efeito, em 1980, surgiu o Movimento da União e Consciência Negra, uma organização de religiosos e leigos negros que se viram, a uma só vez, identificados com a Igreja Católica e com o Movimento Negro. Deflui do pensamento do autor que:

Essa iniciativa foi importantíssima, pois trouxe para o interior da igreja a discussão sobre o racismo, embora tenha surgido oposição por parte de setores do clero, que criaram dificuldades para as reuniões da comunidade,

com o argumento de que tal procedimento seria divisionista na ação social contra a pobreza no Brasil. A imagem de um país sem conflitos raciais, num clima de convivência harmônica, fraternidade e democracia racial, foi defendida arduamente por setores conservadores da igreja. O racismo, muitas vezes, era visto como uma questão subjetiva, de modo que, quanto menos se tocasse no assunto, menos problemas surgiriam. Por outro lado, alguns teólogos da teologia da libertação, fincados no binômio classe dominante e classe dominada, não reconheciam a necessidade de se especificar a questão negra. O desafio posto aos que se organizavam a partir da identidade religiosa representava uma tarefa árdua a se vencer dentro da Igreja, sem contar com a crítica do movimento negro, que via com muita desconfiança qualquer iniciativa que partisse da igreja católica (SANTOS, 2010, p. 48).

Ante tamanhos obstáculos, não é difícil de imaginar que o Movimento da União e Consciência Negra, assim como a investida concretizada na Missa dos Quilombos tenham enfrentado forte oposição. A relação entre questão racial negra e Igreja Católica não foi de forma alguma apaziguada. Andrews (1991, p. 203) enfatiza, nesse sentido, que possivelmente mais do que em qualquer outro país, o catolicismo no Brasil enfrentou uma amarga luta entre seus setores progressista e conservador, tendo a raça desempenhado um papel significativo nessa disputa. Como parte disso, pulularam acusações de padres negros aos setores conservadores da Igreja de continuarem a praticar um sistema de privilégios e discriminações fundamentados em epítetos raciais dentro da própria instituição.

A Missa dos Quilombos foi, portanto, resiliência eclesiástica no calor desses acontecimentos e funcionou como uma importante celebração para a denúncia dos efeitos corrosivos do racismo numa cidade em que as teses “sociológicas” de Gilberto Freyre de harmonia e democracia raciais dominavam amplamente o debate público.<sup>2</sup> Seu elemento

---

<sup>2</sup> Em seu último livro, *Insurgências e ressurgências atuais* [1983], lançado dois anos depois da Missa dos Quilombos, Gilberto Freyre não pouparia críticas ao clero progressista e à Teologia da Libertação: advogava e apostava que, com João Paulo II, haveria de ressurgir o “catolicismo místico” e, assim, “avivar a repulsa ao chamado catolicismo progressista” que, para ele, significava demais “racionalizante, político, materialista” (FREYRE, 2006, p. 98, 122, 191, 234, 304). Numa de suas “conferências repatriadas” [1967], escrita em inglês e para um público norte-americano, Freyre deu-se ao luxo de uma pitada herética, ao pincelar suas antigas teses sociológicas: “Pode-se dizer que sexo e religião foram e são ainda agora as duas forças mais importantes na cultura brasileira. (...) A mistura racial brasileira, a interpenetração cultural brasileira, a democracia racial brasileira, imperfeita mas válida, devem muito a cada um destes dois fatores: ao sexo e à religião. A cada um deles e à combinação de ambos: de sexo e religião de mistério” (FREYRE, 2003, p. 389). Freyre chegou a publicar um artigo na imprensa recifense contra a Missa dos Quilombos, com o título “Meu caro ‘Zumbi Neto’”, *Diário de Pernambuco*, 29/11/1981, p. A-9.



precípua era o de fazer uma autocrítica sobre o comportamento da Igreja Católica desferido à população negra ao longo da história do Brasil, sendo a celebração concebida como uma homenagem e mesmo uma retratação ao povo negro. Publicações dos setores progressistas das comunidades eclesiais de base não deixaram de destacar a importância “histórica” da celebração. É o caso do Boletim do CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação, *Tempo e Presença*, na sua primeira edição de 1982 com vários textos de autores negros. O Boletim tem como matéria de capa “Quilombolas” e sua edição é adensada com os documentos litúrgicos da missa (Homilia, cânticos, coros e recitações). O expressivo editorial capta falas contextuais dessa igreja crítica:

A Igreja penitencia-se depois de tantos anos! “Houvesse a Igreja da época marcado presença mais na senzala do que na casa-grande, mais nos quilombos do que nas cortes, outros teriam sido os rumos da História do Brasil desde os seus primórdios...” E penitencia-se em público numa Missa dos Quilombos onde antes declarava o seu celebrante principal D. José Maria Pires, arcebispo da Paraíba: “Não sou mais D. Pelé, sou agora D. Zumbi” (*Tempo e Presença*, Editorial, 173, jan-fev, 1982, p. 2).

Aí já temos o protagonismo do Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, autor da Homilia, logo dimensionada como um “documento histórico” dada a sua erudição, exegese bíblica, a denúncia da escravidão e a defesa dos quilombos. Depois da exortação aos presentes, o primeiro tópico da Homilia para a Missa dos Quilombos amplifica significados e narrativas: “Mais longa do que a servidão do Egito, mais dura do que o cativo da Babilônia foi a escravidão do negro no Brasil”. Assim, reitera-se e exorta-se uma identidade étnica assumida: “Pretos, meus irmãos! (...) em nós estão presentes e são indelévels as marcas de negritude” (PIRES, 1982, p. 4; 2012, p. 150-51).

Antes da publicação do CEDI, *Tempo e Presença* (Jan-Fev, 1982), veio à lume, ainda em dezembro, o *Boletim CIMI* – Conselho Indigenista Missionário (76, Dez-1981) com um editorial diferente, mas com os mesmos documentos (Homilia de Dom José Maria Pires, Roteiro da Missa dos Quilombos, com onze partes entre canções e recitados). Destaca-se o editorial para se entender o impacto da Missa dos Quilombos:

O Boletim do CIMI se despede dos seus leitores com a Homília proferida por D. José Maria Pires, um dos únicos Bispos negros do Brasil. Uma multidão de quase sete mil pessoas a ouviram na Praça do Carmo, Recife, na noite de 22 de novembro último. Segue depois o texto integral da Missa dos Quilombos, como um testemunho de solidariedade à causa dos negros

oprimidos nas fábricas, nos portos, nas favelas, nos mocambos desta América (*Boletim CIMI*, 76, dez, 1981).

Todavia, a finalidade da Missa dos Quilombos não foi bem aceita e gerou polêmica na cidade, visto que dias antes da celebração, Dom Hélder Câmara reuniu-se com a imprensa para explanar os motivos por que procurou as autoridades do estado a fim de informar o verdadeiro sentido da missa pela Consciência Negra: “Estamos tomando o bom hábito de pedir perdão de público e tentar, com isto, eliminar alguns desentendimentos, reconhecendo certos erros. A Igreja já pediu perdão aos judeus, aos índios e, agora, será a vez do negro. Um dia ainda pediremos à mulher” (*Diário de Pernambuco*, 20/II/1981, p. A-7). É evidente que em anos de regime militar as autoridades do estado tenham enxergado com desconfiança um ato que colidia frontalmente com o discurso instituído. Ainda mais pela presença de bispos como Dom Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia, taxado de guerrilheiro e comunista, sendo um dos sacerdotes mais perseguidos do país. Dom Hélder Câmara ainda aproveitou para criticar a perseguição a Casaldáliga afirmando que “ele é um dos mais marcados e, no entanto, é um bom padre, grande pregador, uma enorme figura humana” (DP, 20/II/1981, p. A-7). O arcebispo de Olinda e Recife usou de sua autoridade para desfazer as más interpretações, declarando sentir-se muito feliz em ver que a Igreja e alguns de seus membros, com um verdadeiro espírito evangélico, estavam se curvando para reconhecer os erros e pedir perdão. Ele também se valeu do espaço no *Diário de Pernambuco* para promover ainda mais os significados inscritos na cerimônia:

É bom que se entenda que hoje em dia a Igreja está chamando muito mais a atenção do que antigamente, para os pecados pessoais, que sempre existiram e vão continuar. Entretanto, a atenção maior que ela quer chamar é para o pecado coletivo [...] No Brasil temos um grande pecado desse tipo, que foi a escravidão (DP, 20/II/1981, p. A-7).

Considerando que em outros momentos a Igreja nem sequer tocava no assunto “questão racial”, pareceu um grande salto essa autocrítica quanto à responsabilidade da instituição na legitimação da escravidão no Brasil, além de ter-se mostrado disposta a redimir-se publicamente por esse grande “pecado coletivo” e de chamar atenção para as desigualdades raciais e sociais do tempo presente.

Finalmente, na noite de domingo do dia 22 de novembro de 1981, a partir das 18:30 horas, foi então celebrada a Missa dos Quilombos como parte dos eventos programados para o Dia Nacional da Consciência Negra, conforme afirmou Wanda Chase, jornalista e ativista

do Movimento Negro, ao *Diário de Pernambuco* (DP, 15/11/1981, p. B-6). Segundo consta no jornal, a ideia propriamente dita dessa missa partiu de Dom Hélder Câmara e Dom Pedro Casaldáliga quando da realização da Missa dos Índios, dois anos antes, em Goiânia (DP, 23/11/1981, capa).

O evento teve lugar na Praça Nossa Senhora do Carmo, local de grande simbologia e escolhido a dedo para a realização da missa por ter sido exposta em seu pátio a cabeça do líder Zumbi dos Palmares no ano de 1895. Foi o que assinalou Pedro Tierra (Hamilton Pereira da Silva), poeta e preso pela ditadura militar no início da década de 1970 que, ao lado de Dom Pedro Casaldáliga, atuou no processo de criação da missa. Após ter sido perguntado sobre o motivo do evento ter sido realizado no Recife, Pedro Tierra disse:

Aqui nessa praça do Carmo, em 1695, o bandeirante Domingos Jorge Velho expôs a cabeça do Zumbi. Essa celebração é um sinal de denúncia e de memória ao ato brutal que marcou toda história brasileira. Hoje, depois de tantos séculos, a figura de Domingos Jorge Velho reduz-se verdadeira dimensão. Um assassino do grande líder popular que foi Zumbi, a figura do patriarca do povo negro no Brasil (DP, 23/11/1981, p. A-3).

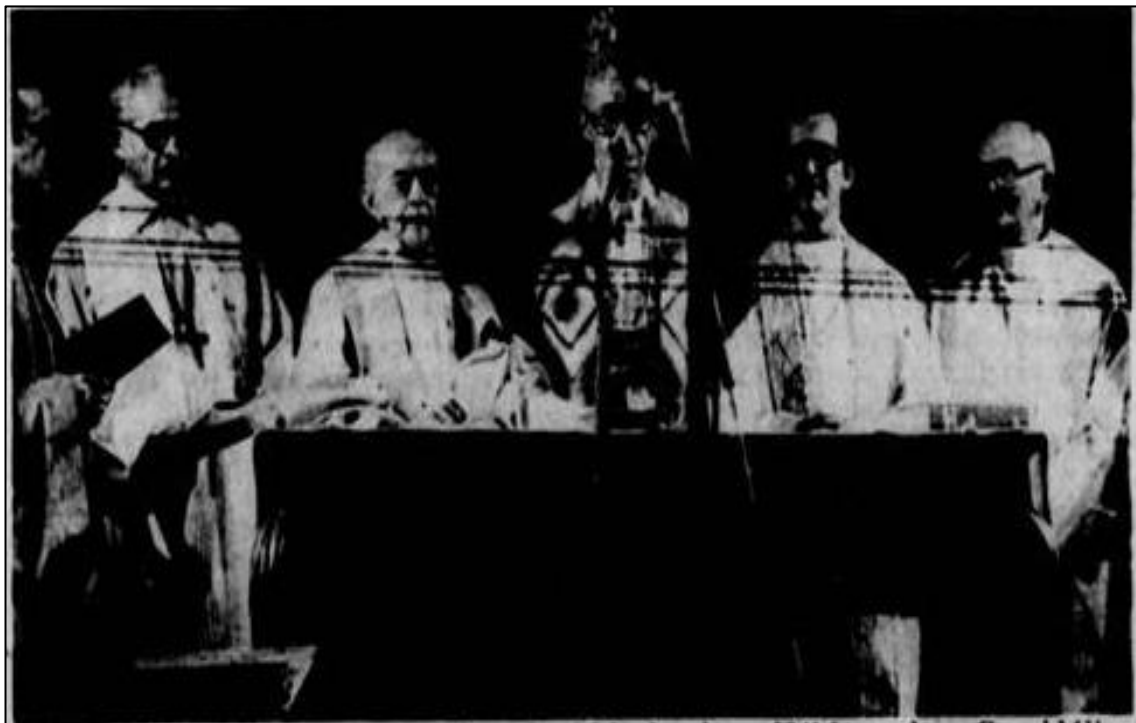
Para Pedro Tierra, a missa tinha por objetivo reacender na memória do recifense o martírio do povo negro e cobrar seu devido reconhecimento pela longa duração histórica na posição de alicerce na construção do Brasil, ainda em falta. Décadas depois, em entrevista para uma pesquisadora, Pedro Tierra, informa que a Missa dos Quilombos foi, primeiro, “experimentada como romaria” na Serra da Barriga, no Estado de Alagoas, território dos quilombos palmarinos:

Então, a celebração, a primeira celebração ocorreu na Serra da Barriga, lá no Quilombo depois que foi tombado e tal. (Ah, antes de Recife?) Antes do Recife, nós descemos da Serra da Barriga pra ir pro Recife, certo? Então, antes de ocorrer a celebração lá na Praça do Carmo, né? Nós fizemos uma concentração e a Missa foi celebrada não exatamente com a mesma envergadura, lá na Serra da Barriga foi uma espécie de romaria que se fez e ali vários setores laicos... (TIERRA, 2015. In: CAMPOS, 2017, p. 33, 120).

A Missa dos Quilombos foi oficiada pelo atuante arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, único negro a ocupar esse patamar hierárquico da Igreja Católica naquele momento no Brasil, com auxílio dos bispos Pedro Casaldáliga, Marcelo Carvalheira, e também do arcebispo Dom Hélder Câmara e do bispo Victor, da Inglaterra. Ao total, foram

20 sacerdotes envolvidos na simbólica missa celebrada pela consciência negra no Recife.<sup>3</sup> Além deles, participaram o cantor Milton Nascimento, que musicou as letras de autoria de Dom Pedro Casaldáliga e Pedro Tierra compostas especialmente para a ocasião, um grupo pernambucano de danças afro-brasileiras, um coral e um conjunto musical (DP, 23/II/1981, p. A-3). A dança do ofertório, um clímax da “missa negra”, foi realizada por membros da Comunidade de Brasília Teimosa, uma espécie de “quilombo urbano” incrustado na praia do Pina. O historiador belga Eduardo Hoornaert, que ensinou história da Igreja em João Pessoa, Fortaleza e Recife, escreve na publicação do CEDI logo em seguida e defende a hipótese dos quilombos urbanos como “atualidade e não passado”. Entretanto, a questão para ele era outra, o atraso eclesialístico em relação ao tema: “A Missa dos Quilombos chegou tarde demais?” (HOORNAERT, *Tempo e Presença*, 1982, p. 12-13).

A estrutura da missa foi grandiosa. De acordo com o *Diário de Pernambuco*, foi montado um palanque com 197 metros quadrados e com quatro patamares que chegavam a até 4 metros de altura (DP, 23/II/1981, capa). Ainda com base no jornal, o altar foi montado no mais alto patamar do palanque, onde estavam colocados 108 *spots* de luz, 32 microfones e



A Missa dos Quilombos reuniu dom José Maria, dom Hélder e dom Casaldáliga

<sup>3</sup> Com o tempo, a “presença e protagonismo” de Dom José Maria Pires parece que foi sendo “rasurada” da Missa dos Quilombos, talvez porque se tenha inflado a parte cultural, poética e musical do evento, cujo protagonismo coube a Pedro Casaldáliga, Pedro Tierra e Milton Nascimento. Entretanto, Dom Zumbi, como passou a se chamar, depois da Missa, não deixava de ser, também, um escritor negro, visto sua variada produção de manifestos, sermões e homilias, a exemplo de “O negro na Igreja do Brasil” (04/06/1980) e suas memórias sobre as atitudes racistas que sofreu durante o seu arcebispado, “Amor e dedicação à Paraíba: Carta Pastoral – Mensagem de Despedida” (26/11/1995). Boa parte dessa documentação eclesialística, escrita desde 1966, consta organizada e publicada (RIBEIRO, 2012) e (PIRES, 1978).

várias caixas de som que somavam quase 12 toneladas. No patamar intermediário foram dispostos os músicos com seus instrumentos e o coral formado por mineiros amigos do cantor Milton Nascimento. Já no inferior estava o grupo de dança pernambucano, composto por 50 integrantes, entre homens e mulheres, residentes de periferias do Recife (DP, 23/II/198I, p. A-3).

Órgãos da imprensa, como o *Jornal do Brasil*, calcularam que, pelo menos, de 6 a 8 mil pessoas estiveram presentes na cerimônia e ouviram Dom José Maria Pires, em sua homilia durante a Missa dos Quilombos, condenar a falta de negros nos altos comandos militares, nos Ministérios e na própria Igreja Católica.<sup>4</sup> É digno de nota que, na preparação da Missa dos Quilombos, Dom José Maria Pires, antes nominado como Dom Pelé, se converte em Dom Zumbi. É de uma historicidade de longa duração que fala esse testemunho:

Estamos recolhendo, hoje e aqui, os frutos do sangue de Zumbi, símbolo da resistência de nossos antepassados. (...) Chegou o tempo de tanto sangue ser semente, de tanta semente germinar. Estamos recolhendo, hoje e aqui, os frutos do sangue de Zumbi, símbolo da resistência de nossos antepassados (PIRES, 1982, 3-5; 2012, p. 149-155).

Diferente dos jornais do Rio e São Paulo, o *Diário de Pernambuco* afirma que “poucos foram os negros presentes à Missa dos Quilombos” (DP, 23/II/198I, p. A-3). Entretanto, ao refletir sobre, a informação soa no mínimo duvidosa, uma vez que, à época, a maioria da população negra brasileira era católica, e a população negra do Recife, em específico, expressivamente numerosa. Outra hipótese é a de que a prática do jornal era de pensar pessoas não brancas pelas lentes freyrianas, propositalmente esquecidas nessa situação como “negras”. O uso do maquinário da mestiçagem era recorrente nas redações do Recife para, justamente, invisibilizar a população negra. Pedro Tierra, como testemunho impressionista, colocou algumas questões importantes, numa memória ressignificada, décadas depois:

Bem, com a apresentação da Missa em Recife, houve da parte dos movimentos sociais à época, o movimento sindical, os primeiros passos da constituição dos movimentos negros propriamente, uma abertura grande e uma boa recepção, né? Ainda que, evidentemente com reservas em se

---

<sup>4</sup> Em outra ocasião, Dom José Maria Pires, no que tange à posição da Igreja Católica diante do problema racial no Brasil, afirmou: “No passado, ela não se mostrou suficientemente solidária com a causa dos escravos, ela não condenou a escravidão do negro, não denunciou a tortura dos escravos, não amaldiçoou o pelourinho, não abençoou os quilombos, não excomungou os exércitos que se organizaram para combatê-los e destruí-los” (*Diário de Pernambuco*, Recife, domingo, 7 de novembro de 1982, p. A-11).

tratando de uma peça que afinal de contas é produzida por uma instituição, ela não foi produzida pela Igreja mas ela, a Missa não pode se afastar dessa responsabilidade histórica da Igreja então, evidente, né? Quer dizer, os movimentos negros, particularmente aqueles mais avançados, politicamente mais radicalizados, [diziam]: “Isso é bem-vindo, mas isso é coisa de branco”. E é compreensível que fosse assim.

(...)

[Assim] como a reação da direita, lá em Pernambuco pelos jornais do Comércio e outros jornais, essa reação dos setores mais conservadores da Igreja num momento em que a teologia da libertação tinha uma forte inserção nas comunidades, e tinha uma capacidade principalmente enorme de capilaridade: ela tava em tudo [e] qualquer lugar, isso também foi importante (TIERRA, nov. 2015. In CAMPOS, 2017, p. 122).

No que tange à liturgia, foi sintomático que o oficiante que se autoidentificou “Dom Zumbi” tenha evocado a marginalização da gente negra no Brasil vestido de modo intercultural: além da mitra e da batina, o arcebispo usava roupas africanas, presentes de uma etnia daquele continente, demarcando a justaposição de sua identidade enquanto religioso e negro. O Arcebispo negro testemunha a identidade negada e o racismo estrutural no Brasil, uma denúncia articulada pelos intelectuais e movimentos negros a partir da década de 1970:

Está sendo longa a espera, meus irmãos. Da morte de Zumbi até nós são decorridos já quase três séculos. Mas a terra conservou o sangue de nossos mártires. Este sangue fala, clama e seu clamor começa a ser ouvido. Primeiro por nós negros que estamos recuperando nossa identidade e começando a nos orgulhar do que somos e do que foram nossos antepassados.

(...)

A viagem é longa e penosa. Quase tudo está por fazer. O negro como negro continua marginalizado. Não existe em grau de embaixador, em posto de general, em função de Ministro de Estado. Na própria Igreja, são tão poucas as exceções que não abalam a tranquilidade do preconceito racial (PIRES, 1982, p. 5; 2012, p. 155).

O *Diário de Pernambuco* relata ainda que grupos opositores agiram no dia do evento distribuindo panfletos contra Dom Hélder Câmara e Dom José Maria Pires (DP, 23/II/1981, p. A-3). A versão da ação dos grupos conservadores contrários à Missa, lembrada por Pedro

Tierra, acumulou novos elementos com pesquisas recentes. Na sua tese de doutorado, por exemplo, o antropólogo Augusto Marques Fagundes Oliveira cita matérias do *Jornal do Brasil* [Missa para quilombos reúne 6 mil]; de *O Globo* [Bispo negro celebra missa dos quilombos em Pernambuco] numa referência a Dom Maria Pires. Também houve matéria no jornal *A Tarde* de Salvador [Missa dos quilombos]. Nessa informa-se que a ação violenta dos grupos conservadores que distribuíram mais de 5 mil cartazes pelos muros e paredes das casas substituindo o símbolo da missa (uma mão firme segurando a cruz), pela mesma mão segurando a foice e o martelo, numa acusação ao caráter comunista da missa. Notícia-se também que o grupo de extrema direita CCC – Comando de Caça aos Comunistas – ameaçou explodir a Igreja do Carmo na véspera da celebração (OLIVEIRA, 2015, p. 50-54).

Na versão do *Diário de Pernambuco* parece haver tentativa de atribuir aos ativistas dos movimentos negros do Recife a ação de “comunizar” o símbolo da missa. Se assim fosse, interferiram no material como apropriação para uma “cruz revolucionária” e não como pretendeu interpretar o redator da matéria. Segundo foi relatado:

Um grupo de contestadores do movimento negro tentou prejudicar a Missa dos Quilombos, ao colocar nos cartazes, mais de cinco mil, espalhados na cidade, ao redor da mão que segurava a cruz, uma foice, em spray preto, a fim de que lembrasse o símbolo comunista (DP, 23/11/1981, p. A-3).

Não pudemos ir a fundo a ponto de descobrir as razões para os protestos desse grupo, todavia, seguindo a lógica de Ivair dos Santos citado acima, alguns setores do Movimento Negro enxergavam com suspeição qualquer ação fruto da Igreja Católica dado seu histórico de legitimação de práticas opressoras, sendo este um motivo bastante plausível para as ações contrárias à missa de parte do Movimento Negro da cidade. Por outro lado, o depoimento de Dom Maria Pires para o documentário *A Missa dos Quilombos* [TV Senado, 2006, 56’30”] lança alguma luz sobre o que foram as ações da “direita pernambucana” contra a Missa dos Quilombos:

Deturparam de tal forma que a transformaram [a Missa] numa imagem de marxismo. Como se aqueles que promoviam a Missa e todo este movimento fossem pessoas que estivessem esperando o marxismo. Deturparam mais quando eles juntaram todo esse material e fizeram denúncias pelos jornais que a Igreja do Nordeste estava promovendo uma celebração marxista. E não só reuniram tudo isso, mas inclusive mandaram esse material para a Santa Sé (PIRES, 2006, 20’42”).

Na tese de doutorado, Oliveira utiliza-se, além dos jornais mencionados, do documentário *A Missa dos Quilombos*, com imagens da época e depoimentos de vários protagonistas da Missa dos Quilombos. Ocorre que o documentário, que mostra cenários e gravações originais da celebração, recolhe mais testemunhos dos organizadores (Pedro Casaldáliga, Pedro Tierra, Milton Nascimento, Helder Câmara e José Maria Pires) e invisibiliza participantes negros e mulheres negras. Quando pessoas negras aparecem é na multidão de figurantes no palco e como público. Não por acaso, no ano de 2006 ocorreram eventos da efeméride dos 25 anos da celebração ocorrida no Recife, no dia 22 de novembro de 1981. O documentário institucional da TV Senado focou a narrativa nos construtores e artistas do que se chamou de “ópera negra”. Além do mais, como narrativa filmográfica, o documentário incorpora versões posteriores da Missa dos Quilombos, de 1988, 1995 e 2002.

Entretanto, para os nossos propósitos neste artigo, o documentário produzido no Recife, no âmbito do Laboratório Experimental de Jornalismo da UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco, *A História da Primeira Missa dos Quilombos* (2009, 20’16”) se afigura mais interpretativo dos acontecimentos de antes, durante e depois da noite de 22 de novembro de 1981, a partir de depoimentos de pessoas negras. Inaldete Pinheiro de Andrade, ativista do Movimento Negro do Recife, foi uma das entrevistadas. Ela diz que se surpreendeu com a enorme multidão: “Houve a divulgação. A gente espalhou cartazes na rua. Picharam os cartazes com uma foice e o martelo e deformaram o cartaz da cruz, como se nós tivéssemos aquela orientação comunista” (2009, 3’57”). Enquanto Inaldete fala aparece sobreposta a imagem da versão do cartaz da foice e o martelo no lugar da cruz (2009, 4’46”). Parece verossímil a menção de Inaldete. O depoimento de Milton Nascimento confirma a ameaça de bomba no altar da Igreja do Carmo e desfaz, por derradeiro, a versão do *Diário de Pernambuco* sobre a “cruz comunista” ser obra de movimentos negros: “Foi uma loucura porque o pessoal, sei lá quem, o pessoal da política entrou numas que a missa era comunista” (2009, 4’41”). Foi como observou Dom José Maria Pires, o que colou mesmo foi “a imagem de marxismo”.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> De fato, uma cena mostra duas inserções do que se tornaria a imagem icônica da Missa dos Quilombos: a imagem original da “teologia da libertação negra” rezada pelos cânones da Teologia da Libertação que, no ano seguinte, tornou-se capa do disco lançado pela gravadora Ariola com encarte das poesias, músicas e cânticos; e, a imagem transformada, como um palimpsesto, com a inclusão da simbologia comunista da foice e do martelo. Já observamos que essa imagem teve duas leituras: se foi ação dos conservadores e dos ultracatólicos tornou-se acusação (materialista, ateuista); se foi operada por ativistas negros anticatólicos pode ser lida como resiliência, como demanda para além do catolicismo histórico. As duas imagens podem ser conferidas nos documentários nas seguintes minutagens: *A Missa dos Quilombos* (TV Senado, 2006, 20’42”) e *A História da Primeira Missa dos Quilombos* (UNICAP, 2009, 4’46”). Os documentários estão disponíveis em BERTOLINO (2020). O primeiro é mais conhecido de pesquisadores e foi citado por SENRA (2103) e OLIVEIRA (2015).





Figura 2: Cartazes da Missa dos Quilombos: o original e o modificado.

Fonte: Documentários 2006, 2009.

Os depoimentos são picotados em vários pedaços buscando dar um sentido narrativo ao documentário com o recurso da bricolagem. Mais adiante, por exemplo, Inaldete Pinheiro situa o movimento negro e a “interculturalidade” conseguida: “Nem todo mundo era cristão. Mas o ato, em nome de fazer uma homenagem a Zumbi, a gente aderiu à celebração da missa” (10’30”). Para ela, o movimento negro estava ciente da mensagem proposta pelos organizadores: “Foi um teste simbólico, pedir desculpa é importante” (2009, 17’35”). Inaldete Pinheiro não abdica de, também, ter sido protagonista do evento, decorridos quase três décadas depois: “A missa dos Quilombos faz parte da minha história e do Movimento Negro do Recife” (2009, 18’26”).

Outro testemunho importante foi narrado pelo padre negro Clóvis Cabral – ordenado em 1991 e que se autoidentifica afrobaianbucano – que foi participante da Missa dos Quilombos. Ele afirma que:

muitos negros e negras, depois de terem participado dessa missa, se reencontraram primeiro com suas raízes afro-brasileira. Primeiro, percebiam a africanidade que estava presente na cultura brasileira que, de

um certo modo, era invisibilizada. E percebiam que ser cristão e ser negro ou negra era possível (2009, 16'48”).

Para ele, a celebração foi uma espécie de renascimento étnico: “Eu tenho a impressão que naquele dia eu reencontrei a minha alma perdida. Foi um momento profundo de me reencontrar com aquilo mais significativo para mim, que era a minha negritude” (2009, 17'56”).

Outra expressão negra do documentário é a participação de Dom José Maria Pires. Cenas originais são mostradas no ato de leitura da Homilia. Transcrevemos o áudio por ser fundamento eucarístico importante de uma hermenêutica racial do bispo negro e que, depois, foi divulgado por fontes impressas:

Hoje não falta quem condene a Teologia da Libertação – também do Cativo – que justifica e incentiva, à luz da Palavra de Deus, os esforços dos oprimidos para se livrarem da marginalização a que foram reduzidos. Essa empreitada a que se metem ombros tanto dos nossos melhores teólogos é certamente simpática, humana e conforme com a mente de Deus, características que não podem ser invocadas em favor da pretensão de legitimar com a Bíblia qualquer tipo de escravidão. Houvesse a Igreja da época marcado presença mais na senzala do que na casa grande, mais nos quilombos do que nas cortes, outros teriam sido os rumos da história do Brasil desde os primórdios, outra teria sido a contribuição do negro ao nosso desenvolvimento... (2009, 07'05”; 2012, p. 152-53; 1982, p. 4).

Poucos dias depois de celebrada a tão comentada Missa dos Quilombos, surgiram análises e posicionamentos de intelectuais e da própria Igreja sobre o evento. Roberto Motta, destacado antropólogo do estado e defensor da teoria da miscigenação, foi um dos que escreveu um artigo ao *Diário de Pernambuco* contando suas impressões. Contrariamente ao que apregoavam os bispos sobre o caráter da missa ser de denúncia do racismo, contra o ato violento de exposição da cabeça de Zumbi em 1695 e pela consciência negra, Roberto Motta, que disse estar mergulhando na bibliografia sobre Palmares, preferiu relembrar as grandes festas de outrora celebradas no Recife, inclusive com missas solenes em ação de graça pelo sossego e convivência pacífica daqueles povos, em virtude de um acordo de paz firmado entre os chefes de Palmares e o Governo de Pernambuco, “em que se prometia anistia ampla, geral e irrestrita, além de reforma agrária, usucapião, plenitude de direitos políticos e civis, sob a condição dos revoltosos jurarem respeito à propriedade privada, à livre iniciativa e às

Ordenações do Reino” (DP, 28/II/1981, p. A-9). Apoiado no historiador inglês C. R. Boxer, o antropólogo pernambucano concordava que entre os séculos XVI e XIX nenhuma revolta de indígenas ou negros assumiu feição anticatólica, “como se a religião fosse de todos”, diferentemente da narrativa de esquerda e do próprio Movimento Negro que enxergava nisso antes uma imposição, ou seja, uma evangelização forçada como parte do empreendimento colonialista de dominação. Mesmo a ala progressista da Igreja Católica alentava a necessidade de se repensar a histórica associação entre Igreja e classes dominantes, e, por consequência, de se aproximar dos grupos secularmente oprimidos. Crítico aos termos políticos de distinção e afirmação racial como “negro” e à tônica da Missa dos Quilombos, Motta preferiu dizer que a numerosa audiência que acompanhou o evento era formada “de alvos e morenos de todos os matizes”. Seu intuito certamente foi o de sustentar as teses freyrianas relacionadas à formação de uma meta-raça mestiça no Brasil e de uma nacionalidade fundada na harmonia entre os diferentes grupos raciais; e não na violência, como os movimentos sociais negros preconizavam. Tanto o é que ao final ele explicitou:

Terminarei observando a ironia de que a Missa dos Quilombos – a de domingo último, mas também as muitas do século XVII – confirme as teses centrais de um autor por quem não morrem de amores os novíssimos quilombolas. Refiro-me, já se imagina, a Gilberto Freyre, quando escreve: “A religião tornou-se o ponto de encontro e de confraternização entre as duas culturas e nunca uma intransponível e dura barreira”. Vê-se, através da análise histórica e social em nível mais profundo, como é possível atenuar os sentimentos de culpa excessivos e unilaterais (DP, 28/II/1981, p. A-9).

A frase final é bastante reveladora do pensamento do autor. Na visão de Roberto Motta, as retratações da Igreja eram excessivas e, por que não, pouco relevantes e necessárias, uma vez que a “histórica confraternização” poderia ser traduzida como modo de abrandar a culpa da Igreja Católica para com os negros, indígenas e mulheres. Ocupando um lugar de teórico e defensor das ideologias raciais dominantes, não gera nenhuma surpresa sua tônica de retaliação ao componente racial e à crítica histórica propostos na ocasião da Missa dos Quilombos.

Quem igualmente publicou um artigo na imprensa local criticando a Missa dos Quilombos e as ações do ativismo negro recifense decorrentes do 20 de novembro foi

Gilberto Freyre. Em resposta a um leitor que se identificou como “Zumbi Neto” e o tachou de “anti-Zumbi”, Freyre escreveu:

Você me acusa, assumindo o papel simbólico de remoto neto do primeiro Zumbi, de vir eu sendo, com aparências de negrófilo, um, na verdade, “anti-Negro” ou “anti-Zumbi”. Você revela não conhecer o que venho escrevendo a esse respeito. É muito dos dias atuais brasileiros isso de veementes “acusos!” por acusadores que acusam sem conhecerem nem ideias nem atitudes nem palavras exatas dos acusados. Só para irem em ondas menos de contras indiscriminados do que de dissimulados prós a favor, alguns deles, de manobras de origens estrangeiras contra rumos de soluções brasileiras de problemas brasileiros [...] Há, agora, comemorações de Palmares e de Zumbi demagogicamente realizadas de várias maneiras – não só através de missas chamadas negras como de invenções de insultos a negros por supostos meios industriais. Parecem indicar um esforço reabilitação de Zumbi e de Palmares que, nos seus bons positivos, em contraste com seus negativos, não faz senão chover no molhado por pronunciamentos honesta e idoneamente científico-sociais (DP, 29/11/1981, p. A-9).

O autor de *Casa Grande & Senzala* aproveitou-se de sua autoridade de intelectual renomado para dar uma “diplomada” como resposta à provocação de “Zumbi Neto”, dizendo ter sido o primeiro estudioso da formação social brasileira a destacar a contribuição de Palmares e de Zumbi, convidando-o a ler seu livro *Sobrados e Mocambos* (1936). Freyre também retornou ao terreno da miscigenação (seus prefácios sempre retornavam a 1933) como sinônimo indissociável de democracia racial e fez pouco do tom diferencialista dos ativistas afro-pernambucanos ao julgar as comemorações a Palmares e à “missa negra”, em referência à “Missa dos Quilombos” celebrada dias antes, como demagógicas e reprodutoras de estrangeirismos “made in USA”. A sua resposta ao leitor e possível ativista do Movimento Negro recifense foi a da já conhecida – e conflitada pela militância negra do estado –, triunfante miscigenação confraternizante, de uma morenidade democrática e da superação dos isolamentos raciais identitários que só geravam ódio de negro contra branco. O artigo de Freyre desnuda-o por completo: sim, ele era anti-Negro e anti-Zumbi. No calor das crescentes críticas históricas promovidas pela militância negra do estado que rendiam disputados debates públicos, principalmente na ocasião das efemérides do 13 de maio e do 20 de novembro, tanto Freyre quanto Motta buscaram reafirmar suas narrativas dominantes

e depreciar aquelas que colidiam com as ideologias de harmonia e democracia raciais. Um retrato também defendido pelos setores conservadores da Igreja, como já vimos.

Mais adiante, é possível perceber que alguns setores do clero e da sociedade civil se uniram na tarefa de perseguir e mesmo proibir que a Missa dos Quilombos e outras missas que tinham como proposta se voltar aos grupos socialmente marginalizados fossem celebradas. A título de exemplo, um editorial do *Diário de Pernambuco* se pautou em enfatizar os “excessos” da doutrina social da Igreja Católica na sua busca pelo predomínio de uma religião horizontal que vinha ganhando destaque a partir das encíclicas de João XXIII. Uma amostra desse “excesso”, para o jornal, foi a celebração da Missa dos Quilombos no centro do Recife (DP, 25/05/1982, p. A-8).

Uma matéria de agosto de 1982 do mesmo jornal intitulada “Proibição de missas”, tratou da publicização destacada por parte da imprensa do país de duas cartas enviadas pela Congregação do Culto Divino, da Santa Sé, direcionadas ao presidente da CNBB, criticando e proibindo três missas inventadas por bispos brasileiros, dentre elas a Missa dos Quilombos, que, de acordo com o autor da matéria identificado apenas como João Pinto, do Rio de Janeiro: “inspira-se na mentalidade dominante nos meios “progressistas” acerca do relacionamento entre pretos e brancos e tem como objetivo fomentar atritos e criar um grave problema racial e social” (DP, 09/08/1982, p. A-6). A outra missa também atacada foi a “Missa da Terra-Sem-Males”, voltada aos povos indígenas, também escrita e organizada por Pedro Casaldáliga e Pedro Tierra e celebrada em 1979. Segundo o autor do texto: “[ela] chega ao ponto de pedir-lhes perdão pela violação de sua cultura representada pela administração, a eles, do batismo cristão” (DP, 09/08/1982, p. A-6). A matéria afirma ainda que esses fatos são injustificáveis e de extrema gravidade pois foram patrocinadas não por simples cristãos, mas por bispos, pessoas as quais o Vaticano confiou a orientação dos fiéis. Numa retórica conservadora, buscando manter a rigidez da tradição católica, o texto concluiu:

Foram abusos desse tipo que levaram o Vaticano a advertir e exigir, sem muitos rodeios, que, no futuro, a celebração da Eucaristia seja como deve ser, e é, somente memorial da morte e ressurreição do Senhor, e não reivindicação de qualquer grupo humano e racial (DP, 09/08/1982, p. A-6).

A despeito da retaliação, que começou nas hostes da direita pernambucana, a Missa dos Quilombos ganhou projeção nacional ao ter um disco lançado em 1982 com as composições musicadas por Milton Nascimento que fizeram parte da celebração realizada no Recife no ano anterior. O álbum foi gravado ao vivo no ano de 1982 na Igreja de Nossa

Senhora Mãe dos Homens, do santuário do Caraça, Minas Gerais, distante 120 km de Belo Horizonte. Com onze canções, uma prece de Dom Hélder, Mariama, e tem a entrada com a poesia de Pedro Terra. O disco contém alocações e recitações originais da noite de 22 de novembro de 1981. Milton Nascimento conseguiu com instrumentos, sonorizações e melodias, “africanizar” mais a obra gravada. Ao que parece essa obra musical recebeu mais estudos do que a missa em si, seja como “registro fonográfico”, sentido de musicografia e mesmo os contornos da poética das orações e axés (TEIXEIRA, 1997; CANTON, 2009; GUIMARÃES, 2017; GARCIA; PÚBLIO, 2018). Raros foram os trabalhos averiguados pelo viés historiográfico, político e posição ideológica da Missa (HOORNAERT, 1982; SENRA, 2013; CARVALHO, 2020). Pesquisas mais recentes inovaram na metáfora do quilombo como empoderamento, performance estética e memória do racismo, com ênfase nas versões posteriores daquela realizada na cidade do Recife (OLIVEIRA, 2015; CAMPOS, 2017).

Além disso, no dia 12 de maio de 1988, véspera do centenário da Abolição, a missa foi encenada em quatro atos por aproximadamente 300 atores na região da Lapa, no Rio de Janeiro. A data foi escolhida propositalmente para não dar a impressão de que se tratava de uma comemoração pelos cem anos da Lei Áurea. Entre os atores que participaram estavam alguns de renome nacional como Antônio Pitanga, Chica Xavier, Grande Otelo, Milton Gonçalves, Ruth de Souza e Zezé Mota. O presidente da Rioarte à época, Francisco Milani, descreveu a Missa dos Quilombos como uma missa pagã: “com uma oratória que fala da luta pela libertação dos escravos, e faz uma reflexão crítica sobre a Lei Áurea (*Jornal do Brasil*, 06/05/1988). A missa reuniu entre 15 e 20 mil pessoas sob os Arcos da Lapa, como demonstram dois jornais cariocas (*O Fluminense*, 13/05/1988; *Última Hora*, 13/05/1988). Essa missa consta de documentário no acervo CULTNE.

A Missa dos Quilombos foi celebrada outras vezes e em outros lugares, como Aparecida do Norte (SP), Belo Horizonte (MG) e Santiago de Compostela (Espanha), em 1992. A partir dessa data ela passou a ser apresentada como espetáculo e não como celebração eucarística, uma vez que havia sido proibida pelo Vaticano, por pressão do clero conservador do Brasil. No ano de 1995 a Missa dos Quilombos fez parte do calendário da Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida. Reuniu mais de 20 mil pessoas segundo a *Folha de São Paulo*, “Missa dos Quilombos reúne 20 mil pessoas em Aparecida” (FSP, 16/11/1995). Também foi apresentada na cidade de São Paulo, no Vale do Anhangabaú, com apoio da Prefeitura Municipal.

A partir de 2002, a versão da missa passa a ser lida como “ópera negra” com grande aparato cênico e realizada pela Companhia Ensaio Aberto. O espetáculo voltaria a ser

encenado, em novembro de 2004, na cidade de São Paulo. Segundo a crítica, teria sido uma “releitura globalizada” com a concepção visual inspirada no trabalho do fotógrafo Sebastião Salgado, *Trabalhadores* (1993), que retratou o degradante mundo do trabalho industrial em tempos de revolução computacional e do ciberespaço, cujas fotografias haviam capturado “novas escravidões” (*Folha de São Paulo*, 11/11/2004). A Missa foi do palco para as telas e a internet no ano de 2005, quando a Companhia Ensaio Aberto gravou o DVD da apresentação no Teatro Plínio Marcos, em Brasília. Augusto Marques Oliveira, em tese de doutorado em Antropologia Social, interpretou a Missa dos Quilombos a partir de três vertentes ou formas apresentadas: 1) O Quilombo enquanto “missa inculturada”: Carmo, Recife, 1981; 2) Do quilombo enquanto “deslocamento e contra celebração”, MNU-RJ: Arcos da Lapa, Rio de Janeiro, 1988; e, 3) o quilombo como “ensaio aberto”, desde 2002 a 2013, como expressividade dramática (OLIVEIRA, 2015, p. 30-166). O conceito de “missa inculturada” para a versão de 1981 parece-nos pertinente e operacional, à luz dos documentos e testemunhos que perscrutamos nesse artigo.

Uma constatação final em termos metodológicos: quase não se encontra na imprensa negra contemporânea do Recife alguma menção à Missa dos Quilombos, muito provavelmente pelo fato dela ter sido realizada em um ano em que apenas um jornal circulava pela cidade, o *Angola*. Na ocasião do centenário da Abolição, contudo, a primeira publicação do *NegrAção* destacou uma nota chamada “Condenação” em que afirmava: “A igreja continua propagando a irmandade entre os povos. Porém o vaticano condena a celebração da Missa dos Quilombos, celebrada pelo arcebispo de João Pessoa, Dom José Maria Pires” (*NegrAção*, Ano I, nº1, novembro/dezembro de 1988, p. 8). Infelizmente, pelo pequeno tamanho da nota, não é possível saber a que contexto exatamente o jornal estava se referindo. É provável que a referência à missa pelo *NegrAção* tenha se dado após a encenação ocorrida no Rio de Janeiro meses antes, que por sua vez gerou bastante impacto, pelo seu caráter candomblecista e afro dado pelo movimento negro. Ao fim e ao cabo, percebe-se pelo conteúdo que a celebração continuava sendo matéria de disputa dentro da Igreja e condenada por grupos opositores de feição conservadora.

## Referências

ANDREWS, George Reid. *Blacks and Whites in Brazil (1888-1988)*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1991.

BERTOLINO, Oswaldo. A memorável missa de Dom Pedro Casaldáliga.

vermelho.org.br, 08/08/2020. Disponibiliza os três documentários sobre a Missa dos Quilombos, de 2003, 2005, 2009. <https://www.youtube.com/watch?v=m54XU3v9MjI>  
<https://vermelho.org.br/2020/08/08/a-memoravel-missa-de-dom-pedro-casaldaliga/>

BOLETIM CIMI – Conselho Indigenista Missionário, 76, dezembro/1981. Reproduzido em <http://www.dhnet.org.br/mndh/encontros/iencontro/relatoriosregionais/missaquilombos.htm>

Acesso: 10 out 2017.

CÂMARA, Dom Helder. Quem é o agressor? [Prefácio]. In: PIRES, Dom José Maria. *Do Centro para a Margem*. João Pessoa: Editora Acauã, 1978, p. 7-8.

CAMPOS, Beatriz Schimdt. *Letra, música, performance e memória do racismo na Missa dos Quilombos*. Brasília: Universidade de Brasília/UnB - PPGLPS/Programa de Pós-Graduação em Literatura e Práticas Sociais, 2017.

CANTON, Ciro. Das “velhas senzalas” às “novas favelas”: a Missa dos Quilombos. *Anais ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza: UFC, 2009, p. 1-10. [https://anpuh.org.br/uploads/anaisimpdios/pdf/201901/1548772191\\_7281e655143e926167f7d435a70c1f5b.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anaisimpdios/pdf/201901/1548772191_7281e655143e926167f7d435a70c1f5b.pdf) Acesso: 10 jul 2014.

CARVALHO, André Bezerra de. *Racializar a notícia, pleiteando igualdade: a experiência da Imprensa Negra Contemporânea do Recife (1981-2002)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFPB, João Pessoa, 2020.

CIA. ENSAIO ABERTO. *Missa dos Quilombos*. Direção Rudi Lagemann e Luiz Fernando Lobo. 90’16”. DVD. Gravado em outubro de 2005; Teatro Plínio Marcos. Brasília.

DOCUMENTÁRIO. *A Missa dos Quilombos*. Direção Lilouye Boubli. Brasília. TV Senado, 2006, 56’30”. [Imagens de Arquivo. Depoimentos. Fotografias].

DOCUMENTÁRIO. *A História da Primeira Missa dos Quilombos*. UNICAP, 2009, 20’16”. Esse é o documentário da UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco.



<https://www.youtube.com/watch?v=m54XU3v9MjI>Acesso: 20 mai 2020. [Imagens de Arquivo: Arquivo Pessoa Padre Clovis Castro, Centro de Documentação Dom Helder Câmara, Rede Globo Nordeste – CDOC, Verbo Filmes, Missa dos Quilombos (Cia. Ensaio Aberto), Missa dos Quilombos (TV Senado)]

EDITORIAL. *Tempo e Presença*. 173. Boletim Mensal do CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação. Jan-Fev, 1982.

[https://kn.org.br/protestantes/uploads/novidades/Tempo-e-Presenca\\_173.pdf](https://kn.org.br/protestantes/uploads/novidades/Tempo-e-Presenca_173.pdf)Acesso: 15 set 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. Vaticano proibiu missa racial, 11/11/1995.

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/11/11/ilustrada/2.html> Acesso: 10 fev 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO, 11/11/2004.

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/acontece/ac111200401.htm> Acesso: 15 dez 2020.

FREYRE, Gilberto. *Insurgências e Ressurgências Atuais: cruzamentos de sins e nãoos num mundo em transição* [1983]. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Global Editora, 2006.

\_\_\_\_\_. *Palavras Repatriadas*. Textos reunidos, anotados e prefaciados por Edson Nery da Fonseca. Brasília; São Paulo: Editora UnB; Imprensa Oficial, 2003.

GARCIA, Luiz Henrique Assis; PÚBLIO, Hudson Leonardo Lima. (Re) Percussões da Missa dos Quilombos. *ORFEU*, v. 3, n. 2, dez 2018, p. 164-188.

GUIMARÃES, Raquel Beatriz Junqueira. A liturgia do corpo negro na Missa dos Quilombos. *Verbo de Minas*, v. 18, n. 32, ago-dez, 2017, p. 79-95.

<https://seer.cesjf.br/index.php/verboDeMinas/article/view/1265>Acesso: 28 ago 2020.

HOORNAERT, Eduardo. A Missa dos Quilombos chegou tarde demais? *Tempo e Presença*. 173. Boletim Mensal do CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação. Jan-Fev, 1982, p. 12-13. [https://kn.org.br/protestantes/uploads/novidades/Tempo-e-Presenca\\_173.pdf](https://kn.org.br/protestantes/uploads/novidades/Tempo-e-Presenca_173.pdf)Acesso: 15 set 2019.

LP. *Missa dos Quilombos*. Texto de Apresentação/Letras: Pedro Casaldáliga e Pedro Tierra. Música: Milton nascimento. Pilipps/Ariola, 1982.

<https://www.servicioskoinonia.org/Casaldaliga/poesia/quilombos.htm> Acesso: 20 nov 2020.

OLIVEIRA, Augusto Marques Fagundes. *Êxodos e Encruzilhadas da Missa dos Quilombos*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

PIRES, Dom José Maria. Homilia para a Missa dos Quilombos. *Tempo e Presença*. 173. Boletim Mensal do CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação. Jan-Fev, 1982, p. 3-5. [https://kn.org.br/protestantes/uploads/novidades/Tempo-e-Presenca\\_173.pdf](https://kn.org.br/protestantes/uploads/novidades/Tempo-e-Presenca_173.pdf) Acesso: 15 set 2019.

\_\_\_\_\_. *Do Centro para a Margem*. João Pessoa: Editora Acauã, 1978.

QUEIROZ, Martha Rosa Figueira. *Onde cultura é política: movimento negro, afoxés e maracatus no carnaval de Recife (1979-1995)*. Tese (Doutorado em História) – UnB, Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. Para além do carnaval: o Movimento Negro na cena cultural na cidade do Recife. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo, julho, p. 1-17, 2011.

SAMPAIO, Geraldo Lopes Ribeiro. (Org.). *Dom José Maria Pires: uma voz fiel à mudança social – Pronunciamentos (1966-1994)*. Campina Grande-PB: EDUEPB, 2012.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. *O Movimento Negro e o Estado (1983-1987): o caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo*. 2ª edição. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo/Coordenadoria Especial do Negro, 2010.

SENRA, Rafael. *Missa dos Quilombos: produto político, religioso e cultural*. Revista Darandina. Juiz de Fora, 2013, p. 01-10. <http://www.ufjf.br/darandina/files/2010/01/Rafael-Senra-.pdf> Acesso: 20 mai 2020.

TEIXEIRA, Selma Suely, Missa dos Quilombos: um canto de Axé. *Revista de Letras*, 1997.  
Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rl/article/view/2298> Acesso em: 08/08/2014.

TIERRA, Pedro. Entrevista. Porto Nacional-TO. Novembro 2015. In: CAMPOS, Beatriz Schimdt. *Letra, música, performance e memória do racismo na Missa dos Quilombos*. Brasília: Universidade de Brasília/UnB - PPGLPS/Programa de Pós-Graduação em Literatura e Práticas Sociais, 2017, ANEXO A, p. 115-128.

Recebido em: 07 de abril de 2021

Aprovado em: 03 de junho de 2021